



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

**ORDEM DO DIA
PARA A 33ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 24 DE NOVEMBRO DE 2021**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Votação adiada - Projeto de lei Complementar nº 45, de 2019, de autoria do deputado Daniel José. Altera a redação da Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais. Parecer nº 1180, de 2019, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável com substitutivo. Parecer nº 490, de 2020, da Reunião Conjunta das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável ao substitutivo.

2 - Votação adiada - Projeto de lei nº 574, de 2016, de autoria da deputada Márcia Lia. Dispõe sobre o direito das unidades familiares homoafetivas nos programas desenvolvidos pelo Estado. Pareceres nºs 1453, de 2017, e 1389, de 2019, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais, favoráveis.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1286, de 2019, de autoria do deputado Alexandre Pereira. Dispõe sobre a realização do Teste Imunoquímico para Pesquisa de Sangue Oculto - FIT na rede pública de saúde do Estado para prevenção do câncer colorretal. Parecer nº 1220, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 32, de 2020, de autoria dos deputados Delegado Bruno Lima e Vinícius Camarinha. Altera a Lei nº 11.977, de 25 de agosto de 2005, que institui o Código de Proteção aos Animais do Estado, para instituir o Programa de Proteção e Bem-Estar dos Animais Domésticos, criar o Registro Único de Tutor e aumentar as penalidades para maus-tratos animais. Com emenda. Parecer nº 1221, de 2021, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Finanças, Orçamento e Planejamento,

favorável ao projeto e à emenda.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 518, de 2021, de autoria da deputada Analice Fernandes. Estabelece prioridade para atendimento e emissão de laudos pelo Instituto Médico Legal - IML, no Estado, para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e vítimas de estupro de vulneráveis. Pareceres nºs 1104 e 1222, de 2021, respectivamente, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Reunião Conjunta das Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.